

# A desigualdade em perspectiva comparada: uma análise da recente queda da desigualdade de renda na América Latina

Avance de investigación en curso

GT 08: Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social

AUTOR: Daniel Ribeiro Paes de Castro.

## RESUMO:

Em meio ao processo de globalização posto em marcha nas últimas décadas, compreender a dinâmica da desigualdade de renda interna de países através de estudos comparativos ganhou maior visibilidade e relevância. Com o objetivo de delinear tendências que esclareçam essa dinâmica, este ensaio propõe uma abordagem em duas seções. Na primeira, serão apresentados fatores recorrentemente mencionados na bibliografia especializada como determinantes para o comportamento da desigualdade de renda. Na segunda, serão apresentados os resultados de estudos empíricos que pesquisaram a recente queda na desigualdade de renda na América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** desigualdade de renda, determinantes, América Latina.

## 1. Introdução

Se buscar a explicação das causas para o nível da desigualdade de renda em um único país ao longo do tempo já constitui tarefa de extrema complexidade, a realização do mesmo exercício para um conjunto de países, a fim de estabelecer fatores comuns para o comportamento da desigualdade de renda que permitam uma comparabilidade adequada, demanda ainda maior atenção. Essa barreira a mais, porém, não impediu de forma alguma a realização de diversos estudos preocupados em explicar o comportamento da desigualdade de renda em diversos países sob uma perspectiva comparada, o que permitiu o estabelecimento de diferentes variáveis com relevante peso explicativo.

Em meio ao processo de globalização<sup>1</sup> posto em marcha nas últimas décadas, compreender a dinâmica da desigualdade de renda interna de países através de estudos comparativos ganhou maior visibilidade e relevância. Com o objetivo de delinear tendências que esclareçam essa dinâmica, este ensaio propõe uma abordagem em duas sessões.

Na primeira, são apresentados os principais fatores encontrados na bibliografia especializada para explicar o comportamento da desigualdade de renda. O objetivo é descrever e analisar as causas que exercem influência negativa e positiva sobre a desigualdade de renda em diferentes países. Em termos mais diretos, para o que se deve olhar ao querer explicar o comportamento da desigualdade de renda. Através da consideração tanto de fatores “clássicos”, quanto de determinantes que passaram a ser observados com maior atenção nas últimas décadas, é apresentado um conjunto de determinantes sobre a desigualdade de renda a partir de estudos produzidos para explicar seu comportamento em países com diferentes históricos e níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Na segunda sessão, a fim de ilustrar a aplicação do instrumental teórico apresentado na sessão anterior e abordar os resultados e limites que emergem da investigação do comportamento da desigualdade de renda entre países sob uma perspectiva comparada, é apresentado os resultados de

---

<sup>1</sup> O entendimento de globalização ao longo deste artigo pode tranquilamente ser associado à definição de Mills (2009), que divide a globalização em quatro fenômenos: (i) internacionalização dos mercados e diminuição da importância das fronteiras nacionais para as transações econômicas; (ii) competição tarifária mais intensa entre países; (iii) crescente interconexão mundial através de novas tecnologias da informação e comunicação; (iv) crescente importância e volatilidade dos mercados.

pesquisas empíricas sobre a recente queda generalizada da desigualdade de renda na América Latina.

Através de revisão bibliográfica para a sistematização dos diversos argumentos e da reflexão sobre determinantes-chave e do contraste entre resultados divergentes, é desenvolvido um quadro explicativo para sintetizar os estudos recentes sobre desigualdade de renda na América Latina.

Dessa forma, é apresentado primeiramente um panorama geral do comportamento da distribuição de renda em diversos países, o que permite a observação de pelo menos dois padrões importantes: (i) a desigualdade de renda nos últimos dez anos caiu ou se manteve estável em todos os países se comparado com o nível de desigualdade da década de oitenta; (ii) o movimento de queda é extremamente heterogêneo no nível e no tempo, indicando uma convergência muito mais fraca do que se poderia acreditar.

No campo da consideração dos principais determinantes para a redução da desigualdade de renda na América Latina, são apresentados argumentos que apontam mais para um processo de *catching-up* igualitário momentâneo, resultantes da implementação de políticas sociais e de cenário econômico internacional favorável, do que propriamente uma mudança paradigmática que aponta para uma tendência de longo prazo. Fato esse que não diminui a importância dos resultados obtidos na redução dos níveis de pobreza e a aplicação extremamente bem sucedida de programas de Conditional Cash Transfers (CCT) em países como Brasil e México.

Por fim, é destacado o limite explicativo das ideias discutidas ao longo do ensaio, que pode ser dividido em dois aspectos principais: (i) o próprio alcance da revisão feita para este ensaio, uma vez que ele não cobre a totalidade das pesquisas sobre determinantes de desigualdade de renda e seus efeitos sobre a recente queda na desigualdade de renda na América Latina; (ii) ideias pouco exploradas na própria bibliografia especializada ao se abordar o comportamento recente da desigualdade de renda na América Latina, caracterizado por uma clara defasagem na exploração de aspectos importantes presentes em estudos sobre a desigualdade em outros grupos de países, como o efeito da integração institucional *entre* países, o peso do comércio internacional dentro de regiões para explicar a evolução da desigualdade de renda *dentro* dos países e a própria relevância do estudo da evolução da renda dos ricos para explicar seu efeito sobre o comportamento da desigualdade em toda a distribuição.

## **2. Panorama dos determinantes da desigualdade de renda em estudos comparativos entre países**

É importante ressaltar ao se estudar determinantes da desigualdade de renda que, dependendo do contexto socioeconômico e da correlação estabelecida com outros fatores, o peso de um determinante qualquer sobre a desigualdade pode variar dependendo do tipo de associação que desenvolver com mudanças estruturais na sociedade.

Por exemplo, se durante um determinado período de tempo uma oferta X constante de capital humano no mercado de trabalho não altera de forma relevante a desigualdade de renda sob uma estrutura produtiva Y, diante de outra estrutura produtiva (causada por mudanças tecnológicas, por exemplo) é perfeitamente possível que a mesma oferta de capital humano resulte em um aumento considerável da desigualdade de renda. Sem contar ainda o efeito que a nova forma adquirida pela distribuição de renda irá exercer na distribuição dos recursos que determinam a distribuição do capital humano, dentre outros possíveis determinantes da desigualdade de renda (Neckerman & Torche 2007).

Uma das explicações clássicas sobre o aumento da desigualdade de renda se refere ao chamado “dualismo de setores”. O termo se refere a uma crescente polarização de setores da economia através de importantes diferenciais no nível de produtividade, remuneração e qualificação dos indivíduos entre os dois setores, o que levaria a uma crescente desigualdade entre os dois setores. A formulação original dessa tese é parte da proposta de U-invertido de Kuznets (1955) para explicar o comportamento da desigualdade no processo de desenvolvimento econômico de um país.

Em uma versão mais recente, alguns trabalhos buscam aperfeiçoar a tese do dualismo de setores através de estudos comparativos e associações com questões como o comércio externo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Alderson & Nielsen 1999; Nielsen 1994). Teses de grande relevância que emergem dessas discussões condicionam a desigualdade de renda a determinantes relacionados com a heterogeneidade e diversidade na produção de bens e serviços em um país, o nível de investimento estrangeiro direto e a influência do Estado sobre a economia (Lee, Nielsen & Alderson 2007).

Na esteira das formulações de Kuznets, um mercado de trabalho menos homogêneo tende a incidir positivamente sobre a desigualdade mais que um mercado de trabalho homogêneo (um extremamente concentrado na produção de commodities, por exemplo). Entretanto, considerando a influência das mudanças provocadas pelo processo de globalização, faz-se necessário observar a constituição do mercado de trabalho através da coordenação entre o nível de controle do Estado sobre a economia e a intensificação no fluxo internacional de bens e capital.

A correlação entre esses fatores torna possível afirmar que: (i) quando o Estado não possui grande relevância sobre a economia, seja porque inexistem empresas estatais relevantes, um Estado de bem-estar forte (educação pública de qualidade, proteção social etc.) ou não há gerência do Estado sobre a alocação do investimento estrangeiro direto, o efeito de altos níveis de investimento estrangeiro direto é positivo sobre a desigualdade, pois tende a intensificar o dualismo de setores; (ii) a diversificação de parceiros comerciais, ao contrário da diversificação de setores produtivos, não possui efeito relevante sobre a desigualdade de renda em um país (Lee, Nielsen & Alderson 2007).

A relevância dessas conclusões se tornam ainda maiores quando consideradas em meio ao processo de globalização, pois contradizem a “verdade” comumente associada à ideia de que uma economia concentrada na produção de commodities e menos integrada ao comércio internacional constitui determinante positivo para a desigualdade de renda em um país. Conclusões contraditórias entre trabalhos como os de Milanovic & Ytzhaki (2002), FireBaug (1999) e Sala-i-Martin (2002) também complexificam ainda mais o entendimento do efeito que a globalização tem sobre a desigualdade.

Se por um lado Sala-i-Martin enxerga uma convergência de renda entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, fundamentada em uma diminuição da desigualdade entre países maior do que o aumento da desigualdade dentro dos países; por outro, Milanovic observa justamente o contrário, sendo particularmente enfático quanto ao aumento da desigualdade global e a gradativa compressão do que poderia ser identificado como uma classe média global (Milanovic & Ytzhaki 2002); Firebaug, por sua vez, diminui o peso da tese da convergência econômica e alerta para a necessidade de se olhar para as dinâmicas populacionais como fator determinante para definir um aumento ou diminuição na desigualdade global.

Saindo do campo da mensuração da desigualdade pós-globalização e entrando no campo das modificações causadas pela globalização no mercado de trabalho, é possível afirmar que a literatura sobre o tema aponta para um conjunto menos divergente, ainda que com algumas diferenças importantes.

O eixo fundamental que atravessa essa análise do impacto direto da globalização passa pelo movimento de empresas multinacionais em busca de maiores rendimentos, o que configura uma divisão internacional do trabalho baseada na dicotomia entre países desenvolvidos – concentradores de capital humano de alto nível, mas com uma força de trabalho cara – e em desenvolvimento – concentradores de capital humano de baixo nível, mas com uma força de trabalho barata –, com elevada ênfase no envolvimento ou não do Estado voltado para remediar efeitos indesejados desse movimento (Gustafsson & Johansson 1999; Mills 2008; Stack 1978).

Dessa forma, ainda que ocorra uma “disseminação” de novos determinantes de desigualdade por diversos países, é de extrema importância alertar para o fato de que as dinâmicas institucionais internas de cada país são preponderantes para o impacto causado pela globalização. Efeitos resultantes de um Estado democrático associado a um setor estatal forte, por exemplo, afetam negativamente a desigualdade (Lee 2005).

Ainda sobre as dinâmicas institucionais internas, Spilerman (2009) destaca a diferença entre países com sistemas de emprego fechados e abertos. Sendo os “fechados” aqueles que protegem um grupo de trabalhadores já empregados, seja por meio de sindicatos fortes ou uma regulamentação estatal favorável, e os “abertos” o oposto. A principal consequência dessa diferença é que a parte dos trabalhadores não protegidos (em geral jovens e mulheres) acabam sofrendo mais diretamente com a flexibilização e o desemprego, segundo Spilerman, o caso de Espanha e Itália, por exemplo.

Usando o caso dos Estados Unidos como referência, McCall & Percheski (2010), Neckerman & Torche (2007) e Massey (2008) também ratificam o papel de políticas sociais estatais e dinâmicas de disputas políticas domésticas como determinantes para o comportamento da desigualdade em meio ao processo de globalização. Aquelas expostas como mais relevantes são: a diminuição no nível de sindicalização, uma política tributária regressiva, o efeito negativo sobre a desigualdade causado por partidos com tendência esquerdista no poder (no caso dos EUA, o Partido Democrata), baixo salário mínimo e remunerações corporativas desproporcionais.

Outras duas questões importantes referidas em ambos os estudos dizem respeito à necessidade de melhor identificar as consequências do aumento na desigualdade de renda e em observar não apenas em quanto a desigualdade aumentou (através de um índice sintético), mas saber quais grupos mais se beneficiaram com a nova distribuição.

Da primeira questão, discussões ainda em aberto identificam o aumento na desigualdade de renda como um fator que influencia negativamente a mobilidade social, aprofunda divisões e segregações sociais, diminui os níveis de confiança e participação cívica, dentre outros (Neckerman & Torche 2007). Da segunda questão, é seguro afirmar que ela se encontra tão ou ainda menos desenvolvida, pois mesmo que estudos de grande qualidade indiquem uma crescente concentração de riqueza no 1% mais rico (Atkinson, Piketty & Saez 2011), fatores explicativos mais substanciais desse fenômeno permanecem pouco explorados.

Por fim, considerando os determinantes apresentados até aqui, é possível afirmar que a associação de fatores “mercantis” e “institucionais” produz efeito complicador para a construção de determinantes “internacionais”. O que não diminui de forma alguma a validade e a elevada importância da realização de testes empíricos na busca do melhor entendimento da desigualdade de renda interna de países em perspectiva comparada.

Nesse sentido, o trabalho de Gustafsson & Johansson (1999), por exemplo, exerce papel extremamente construtivo ao testar o peso de uma pluralidade de fatores comumente associados à desigualdade, a fim de avaliar a permanência e a relevância desses fatores, descartando alguns (como o pretense efeito positivo sobre a desigualdade de renda pelo grau de participação das mulheres na força de trabalho) e reafirmando outros (o nível de sindicalização afetando negativamente a desigualdade).

Portanto, mesmo com incríveis esforços como o de Atkinson & Morelli (2012), por exemplo, ao copilar dados sobre a distribuição de renda em 25 países entre 1911-2010 (Brasil incluso), ou o de Milanovic (2006) ao comparar a desigualdade *entre* países desenvolvidos no período entre as duas Guerras Mundiais, a bem da verdade é que o desenvolvimento de técnicas estatísticas mais sofisticadas e a disponibilidade de dados fortes de maior cobertura (espacial e temporal) são ferramentas relativamente recentes quando pensamos em termos globais

### **3. O comportamento da desigualdade renda na América Latina: tendências recentes**

Uma desigualdade de renda elevada e persistente é marca notadamente reconhecida da distribuição de renda na América Latina. De forma que é perfeitamente possível afirmar que por essa razão as recentes mudanças observadas quanto ao nível da desigualdade despertem tamanha curiosidade e até entusiasmo. Porém, para ser explicada como um processo que indica uma “tendência contínua”, a recente redução da desigualdade de renda na América Latina deve ser fundamentada tanto na progressiva supressão dos fatores que pressionavam o quadro de super desigualdade previamente existente, quanto no desenvolvimento de novos determinantes que afetem negativamente o nível de desigualdade “normalizada”.

Nesse sentido, para entender o real significado da queda da desigualdade na América Latina se deve olhar atentamente para os fatores que mantinham no passado o nível de desigualdade tão elevado. Apenas assim se faz possível descobrir se a recente queda está sustentada em fundamentos firmes ou não, razão pela qual há certo ceticismo na continuidade dessa diminuição da desigualdade (Gasparini, Cruces & Tornarolli 2009).

Como determinantes mais gerais para o elevado nível da desigualdade latino-americana, é possível apontar fatores de diversas naturezas, como crises macroeconômicas, redes de proteção mal elaboradas, mudanças na estrutura produtiva, imperfeições no mercado de capital, desigualdade de oportunidades (acesso à educação de qualidade), discriminação contra mulheres e não brancos, dentre outros (Gasparini & Lustig 2011; López-Calva & Lustig 2010).

Entretanto, mesmo com essa vasta lista de determinantes mais ou menos comuns, vale ressaltar que, assim como acontece nos países desenvolvidos, a evolução da desigualdade de renda em cada país da América Latina segue sua própria dinâmica. Apenas para dar um exemplo, enquanto na década de 70 do século passado a desigualdade de renda no Brasil, no Chile, na Argentina e no Uruguai aumentou consideravelmente, no resto da América Latina ela se manteve estável ou sofreu leves diminuições (Gasparini & Lustig 2011).

Ainda nessa linha de comportamentos diferenciados, a desigualdade brasileira, uma das maiores do continente, foi a menos positivamente afetada pelas reformas pró-mercado que ocorreram na América Latina durante a década de 90 (López-Calva & Lustig 2010). Possivelmente a razão para esse fato tenha sido o investimento na realização de políticas sociais pró-igualdade de grande importância, assim como a diminuição na desigualdade educacional concomitante às referidas reformas (Souza 2012).

Por essas razões que a primeira década do século XXI, ao representar um movimento significativo de contração da desigualdade de renda na região chama tanta atenção. Na pesquisa de Gasparini & Lustig (2011), todos os 16 países investigados apresentaram queda na desigualdade de renda, com a média de queda latino-americana em 2.9 pontos Gini. Apesar de variações em cada país, o que mais impressiona é justamente a generalização da queda na desigualdade, independente dos diferentes níveis de progresso no crescimento econômico, na proteção social e na equalização educacional.

Retornando ao que foi indicado no início deste tópico sobre a possibilidade de observação de uma “tendência contínua” na redução da desigualdade latino-americana, alguns simples dados já comprovam a necessidade de precaução. Gasparini, Cruces & Tornarolli (2009) apontam para o fato de que se tirado do cálculo da média do Gini a Venezuela, a Argentina e o Uruguai durante o período de 1990-2006, a redução é de apenas 1 ponto Gini.

Dividir a América Latina em três sub-regiões também reforça certo ceticismo. A porção andina (Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia) é a que possui o desempenho mais decepcionante, com apenas uma aparente queda contínua da desigualdade no Peru e uma aparente recuperação da Venezuela. Na América Central e México a situação não é muito diferente, uma vez que apenas a Nicarágua e o próprio México (muito lentamente) demonstram uma diminuição contínua da desigualdade. O sul da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai) é sem dúvida a sub-região que mais progrediu na diminuição da desigualdade de renda, comprovado pela redução brasileira desde meados da década de 90, uma mini curva de U-invertido para Chile, Uruguai e Argentina e certa instabilidade no comportamento da desigualdade paraguaia, mas que aponta para uma distribuição mais igualitária que a do começo dos anos 90.

Distribuição em Gini medida por renda per capita dos domicílios:

	SUL	ANDINA	CENTRAL
Início anos 90 (92)	50.9	51.3	53.4
Final anos 90 (98)	53.0	53.9	52.6
Início anos 2000 (02)	53.8	54.4	52.4
Meados de 2000 (06)	51.1	52.6	51.8

Tabela original em: Gasparini, Cruces & Tornarolli (2009), p. 28.

Dentre fatores de grande importância que influem sobre o comportamento da desigualdade de renda, o papel das mudanças institucionais e do gerenciamento governamental sobre serviços e bens públicos possui especial relevância. Por essa razão que estudar a evolução da aplicação e elaboração de políticas sociais é tão importante.

Na pesquisa desenvolvida por Lloyd-Sherlock (2009), por exemplo, esse aspecto é investigado pela articulação dos efeitos distributivos da oferta pública de educação, saúde e seguridade social. Com especial atenção para o que acontece no caso da educação e da seguridade social, Lloyd-Sherlock sugere o efeito positivo sobre a desigualdade de renda por um gasto público que, supostamente, deveria ter o efeito contrário.

Essa contradição ocorre, no caso da educação, por causa de uma má-locação de recursos, que privilegia o ensino público terciário, em detrimento do primário e do secundário. Como consequência, indivíduos provenientes de famílias mais pobres não encontram no ensino público básico uma formação escolar que lhes permita competir pelo bônus educacional existente pelo acesso ao ensino técnico e universitário.

Para o caso da seguridade social, o problema se encontra, basicamente, nos altos níveis de informalidade da força de trabalho, de maneira que diversos benefícios que deveriam proteger e beneficiar a massa trabalhadora, em especial a mais vulnerável, acabam por se concentrar em um grupo pequeno (ou menor do que deveria), que mesmo não sendo formado por indivíduos abastados, é financeiramente privilegiado em relação à maioria dos trabalhadores informais.

Dessa forma, ainda que seja possível lançar incertezas sobre quanto ao *catching up* igualitário da América Latina, a experiência de vários países em reduzir seus níveis de desigualdade, especialmente através do combate a pobreza, são de grande valor. Sem a menor dúvida, o grande destaque desse enfrentamento à pobreza são os Conditional Cash Transfers (CCT).

Aplicados com diferentes níveis de eficiência – o tamanho da população beneficiada e o nível de focalização nos mais pobres afetam tremendamente o seu efeito progressivo (Bastagli 2009) – os CCT's representam uma verdadeira política social de inclusão, sendo em países como o Brasil e México o segundo principal determinante para a redução da desigualdade, enquanto no Chile a realização de CCT's não produziu grande impacto. É interessante observar ainda nesse paralelo de transferência de renda entre Brasil, México e Chile, que apenas para o Chile é possível identificar nas transferências realizadas pela seguridade social o efeito de desconcentrar renda (Soares et al 2007).

Essa última informação é importante para ilustrar algo já indicado anteriormente, que diz respeito às distintas evoluções das dinâmicas institucionais de cada país, e como um fator negativo sobre a desigualdade pode ser afetado por um positivo. Enquanto Brasil e México desenvolvem bons programas de CCT's que contribuem tremendamente para a diminuição da desigualdade e pobreza em ambos os países, aspectos que deveriam possuir efeito equalizador sobre a renda, permanecem ineficientes. No Chile, por outro lado, mesmo não havendo uma política social de CCT focalizada o suficiente para exercer o efeito desejado sobre a desigualdade e a pobreza, o fator institucional da proteção social influi absurdamente para a redução da desigualdade.

Por fim, vale destacar também que a evolução da desigualdade de renda não pode ser reduzida ao gerenciamento de políticas sociais. Reformas políticas e econômicas, assim como as contingências históricas que configuram o conflito distributivo nos diferentes países são de extrema importância, o que pode explicar, por exemplo, como as reformas liberais tiveram efeito bem mais regressivo em países como o Chile e a Argentina do que em outros países da América Latina (Morley, 2001).

Dessa forma, Hoffman e Centeno (2003) propõem que para a compreensão e uma possível reversão do quadro de elevada desigualdade na América Latina, mais do que um melhor gerenciamento público, faz-se necessário uma reorganização da estrutura política capaz de: (i) alterar uma situação de “colonialismo interno”, fomentado pelas hierarquias nacionais de raça, gênero e classe; (ii) redirecionar a capacidade administrativa do Estado para uma preferência à equalização econômica dos diferentes estratos sociais, ao invés de atender em grande medida o interesse daqueles mias fortes e bem organizados e ignorar aqueles mais fracos e desarticulados; e sem jamais esquecer a

condição de colônias exploradas que joga elemento histórico simplesmente fundamental para entender a condição internacional de subordinados no quadro da política e da economia no mundo.

## Conclusão

Ao longo deste ensaio, foram apresentadas e discutidas diferentes causas para a desigualdade de renda a partir de estudos comparados da evolução da desigualdade de renda interna de países. Foi demonstrado que, entre fatores institucionais e “de mercado”, é possível apontar o efeito generalizado de alguns deles sobre a desigualdade, como o dualismo setorial e nível de sindicalização. Entretanto, foi demonstrada também a importância da associação entre esses fatores para entender o comportamento da desigualdade, e como o cruzamento entre eles produz diferentes resultados (como a relação volume de investimento estrangeiro direto e envolvimento do Estado na economia).

Para ilustrar essa discussão, foram utilizados os resultados de estudos empíricos sobre a evolução da desigualdade de renda na América Latina. O que permitiu uma revisão da bibliografia que se propõe a investigar o recente processo de queda generalizada da desigualdade de renda, processo também entendido pela literatura especializada como extremamente heterogêneo e que dá indícios de um desaceleramento significativo nos próximos anos.

Finalmente, vale destacar o limite explicativo das ideias discutidas até aqui, que pode ser dividido em dois aspectos principais: (i) o alcance da revisão feita para este ensaio, uma vez que ele cobre apenas uma pequena parte dos artigos sobre determinantes de desigualdade de renda, ainda que tenham sido explorados os fatores que mais incidem sobre a desigualdade de renda; (ii) ideias pouco exploradas na própria bibliografia sobre desigualdade de renda, como a de uma possível tendência do *rent-seeking* como fator importante para explicar o aumento da desigualdade (Hout, Arum, Voss 1996), a integração institucional *entre* países e o efeito do comércio internacional dentro de regiões para explicar a evolução da desigualdade de renda *dentro* dos países (Beckfield 2006) e a própria relevância do estudo da evolução da renda dos ricos para explicar o comportamento da desigualdade, como já indicado anteriormente.

## Bibliografia

- Alderson, A., Nielsen, F. (2002). Globalization and the Great U-Turn: Income Inequality Trends in 16 OECD Countries. *American Journal of Sociology*, 107(5), 1244-1299.
- Atkinson, A., Piketty, T., Saez, E. (2011). Top Incomes in the Long Run of History. *Journal of Economic Literature*, 49(1), 3-71
- Atkinson, A., Morelli, S., (2012). Chartbook of Economic Inequality: 25 Countries 1911-2010. *Inet Research Note*, (015).
- Bastagli, F. (2009). From Social Safety Net to Social Policy? The Role of Conditional Cash Transfer. in Welfare State Development in Latin America. *International Policy Center for Inclusive Growth Working Paper*, (60).
- Beckfield, J. (2006). European Integration and Income Inequality. In: *American Sociological Review*, 71(6), 964-985.
- Firebaugh, G. Empirics of World Economic Inequality (1999). *American Journal of Sociology*, 104(6), 1597-1630.
- Gasparini, L., Cruces, G., Tornarolli, L. (2009). Recent Trends in Economic Inequality in Latin America. *Society for Recent Trends in Economic Inequality* 132.
- Gasparini, L., Lustig, N. (2011). The Rise and Fall of Income Inequality in Latin America. *Tulane Economics Working Paper*, 1110.
- Gustafsson, B.; Johansson, M. (1999). In Search of Smoking Guns: What Makes Income Inequality Vary Over Time. *American Sociological Review*. 64(4), 585-605.
- Hoffman, K., Centeno, M. A. (2003). The Lopsided Continent: Inequality in Latin America. *Annual Review of Sociology*, 29, 363-390.

- Hout, M., Arum, R., Voss, K. (1996). The Political Economy of Inequality. *Demography*, 33(4), 421-425.
- Kuznets, S. (1955). Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, 45, 1–28.
- Lee, C. (2005). Income Inequality, Democracy and Public Sector Size. *American Sociological Review*, 70(1), 158-181.
- Lee, C., Nielsen, F., Alderson, A. (2007). Income Inequality, Global Economy and State. *Social Forces*, 86(1), 77-111.
- Lloyd-Sherlock, P. (2009). Social Policy and Inequality in Latin America: A Review of Recent Trends. *Social Policy and Administration*, 43(4), 347-363.
- López-Calva, L., Lustig N. (2010). Explaining the Decline in Latin America: Technological Change, Educational Uprising and Democracy. *Declining Inequality in Latin America: A decade of Progress?*. United Nations Development Programme.
- Massey, D. (2009). Globalization and Inequality: Explaining American Exceptionalism. *European Sociological Review*, 25(1), 9–23.
- McCall, L., Percheski, C. (2010). Income Inequality: New Trends and Research Directions. *Annual Review of Sociology*, 36, 329–47.
- Morley, S. (2001). *The Income Distribution Problem in Latin America and the Caribbean*. Santiago: United Nations Press.
- Milanovic, B., Yitzhaki, S. (2002). Decomposing World Income Distribution: Does The World Have a Middle-Class?. *Review Of Income and Wealth*, 48(2), 155-178.
- Milanovic, B. (2006). Economic Integration and Income Convergence: Not Such a Strong Link? *The Review of Economics and Statistics*, 88(4), 659-670.
- Mills, M. (2009). Globalization and Inequality. *European Sociological Review*, 25(1), 1–8.
- Neckerman, K., Torche, F. (2007). Inequality: Causes and Consequences. *Annual Review of Sociology*, 33, 335-357.
- Nielsen, F. (1994). Income Inequality and Industrial Development: Dualism Revisited. *American Sociological Review*, 59, 654–77.
- Sala-i-Martin, X. (2002). The Disturbing “Rise” in Global Economic Inequality. *NBER Working Paper*, 8904.
- Soares, S. et al. (2007). Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts upon Inequality, *International Poverty Centre*, 35.
- Souza, P. (2012). Poverty, Inequality and Social Policies in Brazil, 1995-2009. *International Policy Center for Inclusive Growth Working Paper*, 87.
- Spilerman, S. (2009). How Globalization Has Impacted Labour: A Review Essay. *European Sociological Review*, 25(1), 73–86.
- Stack, S. (1978). The Effect of Government Involvement in the Economy on the Degree of Income Inequality: a Cross-National Study. *American Sociological Review*, 43, 880-888.